

A INTERIORIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS E O ACESSO DE JOVENS RURAIS AO ENSINO SUPERIOR: O CASO DA UAST/UFRPE

Maria de Assunção Lima de Paulo¹

Submetido em 06/02/2018

Aprovado em 23/08/2018

Resumo

Este estudo teve como objetivo compreender como a interiorização das Universidades Federais está impactando na vida dos jovens rurais, produzindo implicações nos seus projetos futuros e nas configurações sociais das famílias e comunidades de origem. Entendemos que a juventude rural é uma categoria social heterogênea que tem o rural como o seu lugar a partir do qual se vê e vive o mundo. Os espaços rurais no Nordeste do Brasil apresentam precariedades relativas ao acesso e a qualidade dos serviços básicos, entre eles a educação de nível superior. Em Pernambuco, a interiorização das IFES foi responsável pela criação, na Universidade Federal Rural de Pernambuco, da Unidade Acadêmica de Serra Talhada, localizada no município de mesmo nome, na mesorregião do Sertão do Pajeú. Por meio das metodologias quantitativa e qualitativa, usando como instrumentos o questionário e a entrevista semiestruturada, pesquisamos o universo de 1189 estudantes da unidade, do qual retiramos a amostra dos considerados jovens rurais, correspondente a 19% da população, dos quais entrevistamos 20 jovens e 8 famílias. Como resultado, percebemos que o acesso de jovens rurais à Universidade ainda é limitado, especialmente pelas péssimas condições do transporte público; que os estudantes, em particular os rapazes, têm a pretensão de realizar seus projetos profissionais no próprio meio rural e que, quando contextualizado, o conhecimento produzido na Universidade tem contribuído para uma positivação da visão dos jovens sobre o rural e o semiárido, fortalecendo sua identidade como rurais.

Palavras chave: Juventude rural. Educação Superior. Interiorização das Universidades Federais

FEDERAL UNIVERSITIES COUNTRYSIDE CAMPUSES AND THE ACCESS OF RURAL YOUTH TO HIGH EDUCATION: THE CASE OF THE FEDERAL RURAL UNIVERSITY OF PERNAMBUCO STATE

Abstract

This study aimed to understand how the internalization of Federal Universities are impacting the lives of rural youth and how their access implies their future projects and the so-

¹ Doutora em Sociologia pelo PPGS/UFPE. Professora e Pesquisadora na UACS/CH/UFCG. Email: assuncaoalp@yahoo.com.br

cial configurations of families and communities to which they belong. We understand that rural youth is a heterogeneous social category that has rural as its place from which to see and live the world. The rural social space in the Northeast of Brazil suffers from the precarious access to basic services, among them education, especially at a higher level. In Pernambuco, the locus of the research presented here, internalization was responsible for the creation, at the Federal Rural University of Pernambuco, of the Academic Unit of Serra Talhada, located in the municipality of the same name, in the mesaje region of Sertão do Pajeú. Through quantitative and qualitative methodologies, using the questionnaire and the semi-structured interview as tools, we surveyed a universe of 1189 students from the unit, from which we sampled the rural ones, corresponding to 19%, of which we interviewed 20 subjects and 8 families. As a result, we realized that (1) rural youth access to high education is still limited by the conditions of public transportation; (2) which students, especially the male ones, intend to carry out their professional projects in the countryside itself and that, when contextualized, the knowledge produced at the university has contributed to a positive view of the young people on the rural and semi-arid, strengthening their rural identities.

Key words: Rural youth. College education. Interiorization. of Federal Universities

INTRODUÇÃO

O acesso da juventude às instituições educativas é um tema relevante à análise social. A educação, além de ser percebida como via de acesso ao mercado de trabalho, tornou-se para os jovens uma vivência importante para fortalecer o desenvolvimento social e individual (ABRAMO, 2005). O acesso de jovens do meio rural à Universidade Pública é um fenômeno recente. Por questões culturais, econômicas, sociais e políticas, seu desenvolvimento tem sido lento e precário, adquirindo maior dinamismo em razão de mudanças na formulação das políticas de educação ocorridas desde os anos 90, as quais se intensificaram a partir de 2003. É através da observação dessas mudanças que buscamos compreender seus reflexos na vida desses jovens. Pesquisas realizadas no Brasil demonstram que o acesso à Universidade é percebido pelos jovens rurais como um sonho, muitas vezes distante (PAULO, 2011; WANDERLEY, 2007). Com este artigo, objetivamos contribuir para a compreensão das possibilidades, limites e reflexos do acesso dos jovens rurais ao ensino superior público. Nossas observações registram as mudanças ocorridas a partir da criação dos programas de interiorização e expansão das Universidades públicas, promovidas pelo governo brasileiro a partir do ano de 2003.

O *lôcus* da pesquisa que aqui apresentamos foi a Unidade Acadêmica de Serra Talhada, pertencente à Universidade Federal Rural de Pernambuco- UFRPE, localizada na cidade com o mesmo nome e situada na mesorregião do Sertão do Pajeú, Pernambuco- Brasil². Esta Unidade foi criada no ano de 2006, como parte do processo de reestruturação e interiorização das Universidades Federais. Composta por nove cursos, tem como público-alvo a população da região e do seu entorno. A região é formada por pequenos municípios, denominados municípios ru-

²A mesorregião do Pajeú apresenta uma diversidade de recursos naturais, entretanto em termos mais gerais possui índices pluviométricos anuais que atingem uma média de 800 mm, com má distribuição espacial e temporal e alta evapotranspiração potencial, junto à esta condição predominam solos rasos e com baixa capacidade de retenção de água, o que explica a existência de balanços hídricos negativos. Já a vegetação que predomina nesta região é a “caatinga”, cujo nome possui origem Tupi-Guarani e significa floresta branca, devido o aspecto da vegetação na estação seca, quando as folhas caem e restam apenas os troncos brancos das árvores e arbustos (PRADO, 2003).

rais³. Estes, especialmente no semiárido Nordeste, sofrem com a precariedade histórica vivenciada no rural brasileiro.

A metodologia utilizada é de ordem quantitativa e qualitativa. A primeira, com a utilização do questionário como instrumento de coleta de dados. Com as amostras coletadas buscamos traçar o perfil socioeconômico de 1189 jovens rurais. Adotando técnicas qualitativas fizemos 20 entrevistas semiestruturadas com jovens rurais universitários. As vivências partilhadas por eles nos permitiram compreender suas trajetórias escolares, relações familiares, relações com a Universidade e projetos de vida. Entrevistamos 8 famílias, através das quais elucidamos as condições de vida das famílias, sentimentos e expectativas dos pais, irmãos e parentes em relação ao acesso dos filhos a um curso superior.

Optamos por definir os jovens rurais, a partir do local de residência das suas famílias e escolhemos os jovens cujas famílias vivem nas comunidades rurais ou distritos dos municípios. Embora compreendamos que o meio rural nos pequenos municípios envolve também suas sedes, aqueles espaços denominados como urbanos pelo IBGE, procuramos fixar nossa atenção nos jovens que moram nas zonas rurais. Tal opção se justifica, porque em pesquisas realizadas anteriormente observamos que entre os jovens rurais e urbanos⁴ existem significativas diferenças no acesso a recursos materiais, formas de ver o mundo, sentimento de pertencimento ao rural e possibilidades de escolhas para orientar suas vidas (PAULO 2011).

Partimos do pressuposto que não é possível compreender as transformações sociais sem levar em conta as ações individuais. Entendendo que os indivíduos são atores, agentes sociais que estão em estreita relação com a estrutura social, sendo produto e produtor da mesma (GIDDENS, 1989). Nesse sentido, a compreensão das escolhas e dos projetos de vida dos jovens rurais que tiveram acesso à Universidade é uma via de aproximação da realidade da juventude rural da região, da agricultura familiar e dos reflexos da interiorização da Universidade Pública para regiões, que antes, não vislumbrava o acesso de sua população ao ensino superior público.

Entendemos que a juventude é uma fase do “curso da vida” socialmente construída (BOURDIEU, 1989; PAIS, 1990; ABRAMO, 2005). Mas, em razão de não poder ser delimitada por uma idade cronológica, para efeitos desta pesquisa, assumimos os critérios adotados pelo Estado para as Políticas Públicas de juventude. Em sintonia com esse critério, consideramos como jovens rurais os sujeitos com idade compreendida entre 15 e 29 anos, cujas famílias residem no meio rural (distritos ou comunidades rurais).

Percebendo a inexistência de dados sobre a Juventude Rural na Universidade estudada, assim como em outras instituições como o INEP, partimos para a construção da amostra de jovens rurais presentes na UAST. De maneira aleatória abordamos jovens rurais considerando a diversidade de cursos, períodos, gênero e lugar de moradia. Em nossa abordagem quantitativa da pesquisa aplicamos 1189 questionários, o que corresponde a 47,5% dos alunos matriculados no primeiro período de 2012 na UAST. Buscamos atingir equidade de aplicação dos questionários por curso, semestre, turno e gênero. Os questionários foram distribuídos aleatoriamente entre os cursos de acordo com o número de alunos matriculados e em atividade em cada

³ No Brasil, os municípios são emancipados por decreto, o que faz com que pequenos aglomerados, com população muitas vezes inferior a 5.000 habitantes passem a ser denominados cidades. No geral, esses municípios têm sua economia quase totalmente composta por atividades ligadas ao meio rural, especialmente a agricultura, sendo suas sedes os centros que organizam administrativamente aquele pequeno território e o único espaço que dispõe dos serviços necessários à população. Segundo Wanderley (2003) tais municípios possuem as mesmas características das pequenas vilas rurais: a relação com a natureza, a vida em pequenos grupos e as relações de interconhecimento.

⁴ A distinção entre os jovens rurais e os do meio urbano causou bastante dificuldade no começo de nossa pesquisa. Um indicador era o uso do transporte escolar. Mas logo observamos que os ônibus tinham como ponto de partida as sedes dos municípios e que eram usados por jovens de procedência urbana e rural para se deslocarem até a universidade.

um deles, tendo sido assim distribuídos: 134 do curso de Bacharelado em Administração, 171 de Bacharelado em Agronomia, 166 de Bacharelado em Ciências Biológicas, 112 de Bacharelado em Ciências Econômicas, 128 de Bacharelado em Sistema de Informação, 92 de Bacharelado em Zootecnia, 119 Engenharia de Pesca, 145 de Licenciatura em Letras e 122 de Licenciatura Plena em Química.

Em uma segunda etapa da pesquisa, realizamos entrevistas semiestruturadas com 20 (vinte) jovens rurais oriundos de diferentes municípios do Sertão do vale do Pajeú, buscando entender, por meio de suas trajetórias escolares, as possibilidades e limites que tiveram até chegar à Universidade. Por fim, entrevistamos 8 (oito) famílias de jovens de diferentes municípios da região com o objetivo de entender a realidade socioeconômica e cultural das mesmas, suas visões sobre o acesso dos filhos à Universidade, bem como os efeitos deste para a família e para as expectativas futuras dos pais em relação a vida dos filhos e a agricultura familiar. Os dados quantitativos foram tabulados com os programas Excel e SPSS e interpretados com base nos vários estudos sobre o tema.

JUVENTUDE RURAL E ACESSO À EDUCAÇÃO NO BRASIL: OS LIMITES DA UNIVERSALIDADE DO DIREITO.

A juventude do meio rural é atualmente percebida como um importante ator social a ser considerado como sujeito de políticas públicas. Antes percebido apenas como parte da família, com a universalização do acesso à educação, crianças e jovens rurais se tornaram, constitucionalmente sujeitos de direitos. Atualmente, muitas mudanças fazem com que esses jovens sejam vistos pelo Estado, pela Academia e por outras instituições como atores sociais. Os estudos demonstram que a juventude rural é, além de uma categoria que representa identidades sociais, uma forma de classificação social que pode ter múltiplos significados, mas que vem se desenhando em diferentes contextos como uma categoria marcada por relações de hierarquia social (CASTRO, 2010). Assim, esses atores sociais constroem identidades particulares em meio a coletividades rurais e em relação a outras juventudes, mas que, apesar disso, é uma categoria que necessita ser melhor compreendida (PAULO, 2011).

O rural é um espaço social específico, mas não isolado. Vive com o meio urbano uma relação dialética na qual um não pode prescindir do outro. Nesse sentido é consenso entre os estudiosos afirmar que os atores sociais que habitam o mundo rural, apesar de terem nele suas raízes identitárias, estão em constante processo de interação com a vida urbana, vivenciam uma relação marcada por continuidades, descontinuidades e complementariedades (WANDERLEY, 2000b).

O contexto social no qual estão inseridos os jovens por nós estudados é o meio rural do Nordeste do Brasil. Um lugar marcado por um processo histórico de profundas contradições. Como afirma Wanderley (2002), o meio rural que envolve os pequenos municípios do Nordeste do Brasil, apesar de expressar uma dinâmica social baseada em relações de solidariedade, reciprocidade e ludicidade, também é marcado pela precariedade de acesso a bens e serviços básicos como educação, saúde e transporte uma das maiores carências dessas populações. Nesse contexto, a distância do rural onde vive em relação ao meio urbano, também faz diferença no processo de construção da identidade, nos sonhos e projetos, nas escolhas profissionais e nas possibilidades de realização, sendo o acesso à educação a principal delas, uma vez que a juventude é entendida como um momento de transição no qual o indivíduo se prepara para a vida adulta. Numa sociedade onde o trabalho exige cada vez mais capacidades do trabalhador, a educação formal, mesmo com todas as suas limitações quanto ao modelo e à qualidade, é social-

mente reconhecida. A educação formal é percebida pela população rural como o principal instrumento de transformação e mobilidade social, especialmente, entre os mais pobres.

O acesso à educação para jovens no Brasil é um desafio. No caso dos jovens rurais é um problema que toma diversas dimensões. A primeira delas é a dificuldade de acesso as instituições de ensino. As escolas, especialmente após o ensino fundamental, ficam distantes dos locais de moradia, situadas muitas vezes na cidade, fato que dificulta a locomoção dos jovens estudantes. A segunda dimensão refere-se à qualidade do ensino. Em suas narrativas, muitos estudantes afirmaram que a dificuldade de professores e infra-estrutura básica desses estabelecimentos são bastante precários. A terceira dimensão se refere à própria estruturação das famílias. As famílias são compostas por agricultores familiares, os quais podem ser percebidos como uma comunidade de interesses, afetos e conflitos. Ela envolve, entre outros aspectos, a relação com o trabalho, com os estudos e com os aspectos morais (MENDRAS, 1978). No entanto, pesquisas têm demonstrado que o acesso à educação é tanto um desejo dos jovens rurais (Carneiro, 2005), quanto um elemento importante na orientação futura da vida destes. Da opção pela educação dependem as escolhas dos jovens em relação à permanência ou migração em seus lugares de origem, o investimento na reprodução da economia e da identidade social do jovem como agricultor familiar.

As várias pesquisas realizadas sobre a juventude rural e o acesso à educação (CARNEIRO, 2005, CASTRO, 2009, ABRAMOVAY, 1998, FERRARI, 2000, WANDERLEY, 2005), enfatizam que o acesso a graus e séries mais elevados tem sido um dos problemas vivenciados pelos jovens rurais, o que limita suas possibilidades de escolhas, sua liberdade e seu desenvolvimento como ator social. Ademais, os estudos sobre o espaço rural contemporâneo apontam que os limites do seu desenvolvimento estão relacionados à sua percepção como um espaço reduzido de possibilidades. Diante disto, a interiorização do ensino superior aspira ser vista como uma forma de dinamização do desenvolvimento local, rural e urbano.

OS PROGRAMAS DE INTERIORIZAÇÃO E EXPANSÃO DAS IFES E A CRIAÇÃO DA UNIDADE ACADÊMICA DE SERRA TALHADA – UFRPE.

Até 2006, no Estado de Pernambuco, as Universidades Públicas Federais estavam concentradas em Recife, a Capital do Estado. Esse fato dificultava, e não poucas vezes impedia que jovens de várias regiões do Estado tentassem ingressar nas mesmas.

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2010) marcou uma mudança na política de educação superior. Estendeu o acesso às populações das classes sociais menos favorecidas por meio de cotas e para as populações mais afastadas dos grandes centros por meio de programas de expansão das Universidades já existentes, ao tempo que pela criação de novos campi universitários. Numa primeira fase, denominada de Expansão I, que aconteceu no período de 2003 a 2007, o objetivo principal era interiorizar o ensino superior público federal, o qual contava, até o ano de 2002, com 45 Universidades federais e 148 campi/unidades. Na segunda fase, com o objetivo de prover as Universidades das condições necessárias para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, foi criado, pelo Decreto nº 6.096/2007, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Segundo o sítio oficial do programa, “suas ações contemplam o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção e inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas, cujo o propósito é diminuir as desigualdades sociais no país”. Este processo atingiu quase todas as regiões do Brasil, expandindo o número de vagas e cursos, criando novas Universidades, ampliando, através da construção de no-

vos campi, Universidades já existentes. O objetivo foi democratizar o acesso e a permanência dos ingressos nas Universidades. A tentativa era promover a efetiva igualdade de oportunidades para todos os cidadãos, compreendidas como partes integrantes de um projeto de nação (BRASIL, 2007).

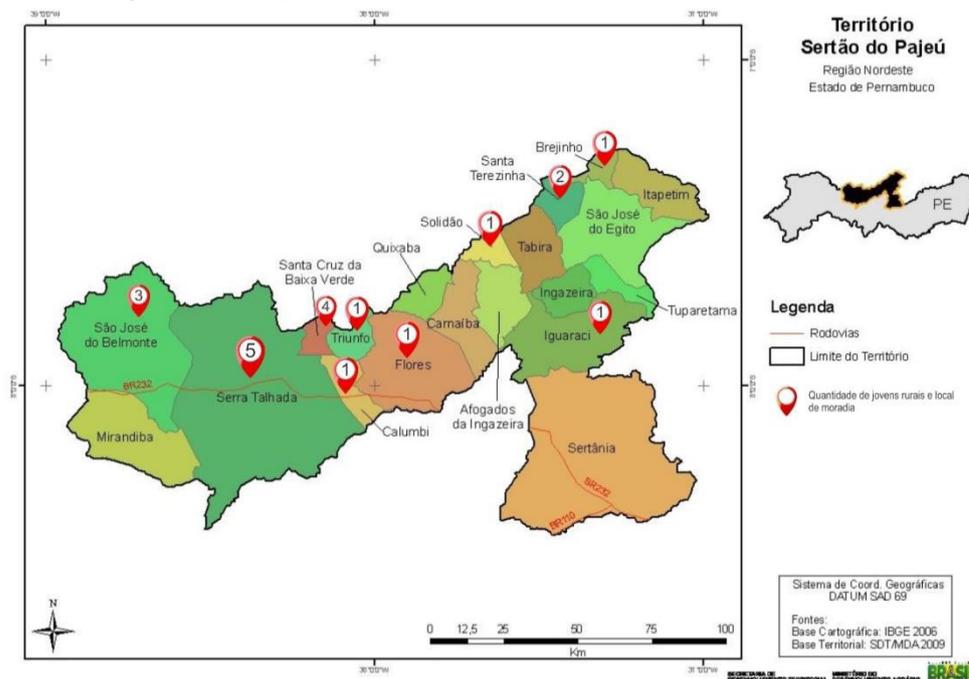
O projeto de interiorização da Universidade Federal Rural de Pernambuco criou a Unidade Acadêmica de Serra Talhada – UAST em 2006. A partir de 2007, a unidade passou a participar da política nacional do REUNI, ampliando sua oferta de cursos. No momento da pesquisa a Unidade Acadêmica de Serra Talhada/UFRPE oferecia nove cursos de graduação, a saber: Bacharelado em Agronomia, Bacharelado em Ciências Biológicas, Bacharelado em Ciências Econômicas – Ênfase em Economia Rural, Engenharia de Pesca, Sistemas de Informação, Licenciatura Plena em Química, Administração, Zootecnia e Licenciatura em Letras. Entre as missões assumidas pela instituição, foi de contribuir para o desenvolvimento dos municípios que integram o sertão do Pajeú, visando atender as demandas de conhecimento e trabalho da população que habita essa extensa região.

Sousa e Silva (2010), analisando a expansão da Universidade através do programa REUNI, consideram que ela representa um avanço em termos de democratização desta modalidade de formação, caso se leve em consideração a ampliação do acesso à Universidade, através do aumento das vagas ofertadas e da interiorização das Universidades. A inserção das unidades acadêmicas em regiões com uma grande população rural, tem como objetivo possibilitar o acesso à educação para essa população, assegurar o ensino superior de qualidade e contribuir com o desenvolvimento dos indivíduos e da região. De acordo com Pereira (2011), apesar de uma maior democratização, em termos de quantidade, é necessário conhecer e aprofundar a dimensão qualitativa desse processo. Ele revela as condições efetivas de permanência qualificada desse contingente de jovens rurais que está chegando à Universidade. Para o referido autor, com a inclusão de classes populares na educação superior, se faz necessária uma pedagogia que consiga dar conta da qualidade da produção de conhecimentos e, ao mesmo tempo, consiga repassar esse conhecimento levando em conta as condições de acesso aos bens simbólicos deste público.

A JUVENTUDE RURAL DO SERTÃO DO PAJEÚ E SUA INSERÇÃO NA UNIDADE ACADÊMICA DE SERRA TALHADA.

O Território do Pajeú, situado no Sertão de Pernambucano, é composto por 20 (vinte) municípios e agregado pela *Microrregião São José do Egito*: Itapetim, Tuparetama, São José do Egito, Santa Terezinha e Brejinho; *Microrregião de Afogados*: Afogados da Ingazeira, Tabira, Sertânia, Carnaíba, Quixaba, Igaraci, Ingazeira e Solidão e *Microrregião Serra Talhada*: São José do Belmonte, Santa Cruz da Baixa Verde, Serra Talhada, Mirandiba, Flores, Triunfo e Calumbi. Abrange uma área de 13.350,30 Km² e o principal acesso ao Sertão do Pajeú se dá pela BR 232 e pelas PE320, que liga Serra Talhada a São José do Egito, via Calumbi - Flores, e PE-360, que liga Ibibimirim a Floresta e a Petrolina, nas quais circula praticamente toda a produção e abastecimento.

Mapa 1 - Mapa do Território do Sertão do Pajeú: identificação de jovens entrevistados.
Microrregiões do Pajeú



Fonte: http://sit.mda.gov.br/images/mapas/tc/tr_082_sertao_pajeu_pe_abr_2009.jpg

A cidade de Serra Talhada abarca a maior parte desse território, com uma população de aproximadamente, 80.000 hab., de acordo com o senso do IBGE de 2010, base utilizada para analisar os dados dessa pesquisa.

De acordo com a pesquisa, a Unidade Acadêmica tem atendido prioritariamente jovens da região do Sertão do Pajeú e municípios do entorno nos Estados de Pernambuco e Paraíba, sendo 58,6% desta mesorregião. Entre os jovens rurais, 68,3% tem sua origem no Sertão do Pajeú, enquanto 31,7 de outros municípios, 91,3 do Estado de Pernambuco, o que nos leva a concluir que a unidade tem contribuído para o acesso da população da região ao ensino superior.

Quadro 1. Relação entre os alunos que pertencem ou não ao Território da Cidadania do Sertão do Pajeú e à localidade de residência da família

RESIDE NO TERRITÓRIO DA CIDADANIA DO SERTÃO DO PAJEÚ	LOCALIDADE DE RESIDÊNCIA DA FAMÍLIA		TOTAL
	MEIO URBANO	MEIO RURAL	
SIM	543 (56,4%)	151 (68,3%)	694 (58,6%)
NÃO	420 (43,6%)	70 (31,7%)	490 (41,4%)
TOTAL	963	221	1184

Fonte: Dados da pesquisa 2012

Entre os 1.189 jovens pesquisados, 965, 81% responderam ser da zona urbana e 221 do meio rural, o que corresponde a apenas 19% dos discentes e, destes, 97,3% estão dentro da faixa que consideramos jovens, de acordo com os critérios já discutidos acima. Esse dado nos chama atenção, pois se por um lado, a UAST proporciona o acesso aos jovens do seu entorno, estes não estão, prioritariamente nas zonas rurais, mesmo que em boa parte destes municípios, a população rural seja maior que a urbana, o que confirma a hipótese que nos levou a realizar essa pesquisa: apesar da Unidade Acadêmica de Serra Talhada estar fincada no semiárido, em um município intermediário, cercado por pequenos municípios (17 dos que pertencem à mesorregião do Sertão do Vale do Pajeú), denominados de municípios rurais, menos de um terço das vagas preenchidas pela unidade acadêmica é ocupada por jovens rurais, embora a mesma seja formada por vários cursos com especialidade no rural. Apesar de atender prioritariamente a região, no que diz respeito especificamente aos jovens rurais, o acesso ainda é pequeno (apenas 19,1%), se levarmos em conta o número elevado de habitantes dessa região rural.

Dos 202 alunos que responderam que a residência da família é no meio rural, 138 moram atualmente no meio urbano e 64 no meio rural. O que mostra um grande deslocamento do meio rural para o meio urbano, sendo que 75,8% foi em decorrência dos estudos, demonstrando também a grande dificuldade de morar nas zonas rurais para ter acesso ao ensino superior. Dos que estudam na UAST apenas 6,6% continuam residindo na zona rural. Este dado merece destaque especialmente quando consideramos a importância da família como coletividade e a relação que ela tem com a terra e o trabalho (MENDRAS, 1978).

Apesar das dificuldades mencionadas, a criação da unidade acadêmica tem possibilitado aos jovens sonharem com uma formação superior e vislumbrarem sonhos e a realização destes, o que não seria possível sem a criação da unidade acadêmica. É o que expressa a fala de uma jovem estudante do curso de Letras. Ao serem questionados sobre se depois que a UAST foi implantada, a perspectiva dos jovens da região em relação a cursar o ensino superior mudou, ela respondeu:

Essa pergunta é meio complicada pra responder, mas eu acredito que sim, porque muito, por exemplo, seria mais difícil ainda se tivesse que se deslocar, por exemplo, pra Garanhuns, pra Recife, então fato dela vir pra cá se aproximou de muita gente, então o ensino superior se tornou mais acessível pra várias, pessoas, apesar de que existe todas as questões de você ter que se deslocar, muitos terem que vir morar aqui em Serra Talhada ou em alguma cidade mais próxima, e tudo isso, mas já foi um passo (jovem, sexo feminino, curso de Letras).

E com relação à possibilidade de sonhar em fazer um curso superior, na opinião dela, os jovens passaram a perceber como possibilidade: “Com certeza, justamente por conta dessa questão de aproximação, ficou mais próximo, então os jovens começam a olhar com outro olhar. “Antes era mais difícil, agora tá mais fácil, vou tentar – é o que pensam os jovens (jovem, sexo feminino, curso de Letras).

Diante de uma realidade social, econômica e politicamente adversa, muitos jovens sequer sonhavam em fazer um curso superior. Com uma trajetória escolar marcada pelas dificuldades de acesso, por preconceitos vividos nas cidades onde estudaram, imaginar curso superior, especialmente para aqueles de famílias mais pobres, era um sonho distante. Ao relatarem suas trajetórias escolares, todos os jovens rurais entrevistados falaram da distância e da dificuldade de transporte como a maior dificuldade que enfrentaram. Alguns deles percorriam quilômetros caminhando, ou em transporte precário até chegar à cidade para cursar o Fundamental II e o Ensino Médio. Residir no meio rural e estudar em condições favoráveis seria a situação ideal para esses jovens. Mas, a realidade é diferente do ideal. Para frequentar um curso uni-

versitário os jovens rurais precisam lidar com as poucas condições econômicas das famílias para assisti-los em suas necessidades, os vínculos afetivos geram a necessidade do convívio próximo com suas famílias e, por outra parte, sendo o trabalho uma responsabilidade familiar, os jovens necessitam ajudar no trabalho na roça. Por outra parte, o deslocamento da sua residência até a sede do município de Serra Talhada demanda disposição para enfrentar diversos riscos. Além dos ônibus escolares municipais, que fazem o transporte serem precários, muitos jovens ainda necessitam utilizar outros meios de transporte, como moto ou cavalo, para ir até sua residência. Em muitos casos, principalmente no caso das meninas, seus pais precisam esperar na estrada, já tarde da noite. Estudar até o ensino superior, para esses jovens, não tem sido uma escolha fácil. Mesmo que a interiorização tenha aumentado as possibilidades de acesso ao ensino superior, constatamos através da pesquisa que a permanência no curso não é uma situação fácil de manter.

No que se refere a faixa-etária, os discentes da unidade estão dentro do se considera como a idade média de acesso a este nível de ensino. 94,1% dos discentes estão dentro do intervalo de 20 a 24 anos e, é neste onde há a maior quantidade de estudantes, representando 54,2% do total. Considerando apenas a população do meio urbano, 93,3% são jovens e 6,7% estão acima dessa faixa etária. Na população do meio rural, a porcentagem de jovens aumenta, consideravelmente, para 97,3%, e os acima dessa faixa etária representam apenas 2,7%. Este dado demonstra que entre essas famílias, está havendo um investimento maior nos estudos dos filhos e se cultua certa expectativa no sentido de que os jovens possam contribuir com a renda familiar. As falas de alguns pais insinuavam seu desejo de que ocorra uma mudança na trajetória de vida de seus filhos. Segundo os pais, o “sitio” não é mais um lugar favorável para que a vida dos filhos se perpetue. Nas palavras de um dos pais ouvimos: “O que é que ele vai fazer aqui, minha fia? Veja que torrão tá a terra. A gente não tá lucrano nada, se é um bicho, só falta morrer de fome. Quem tem uma terra na baixa ainda se sustenta, mas a terra assim no alto, não tem nada não, só as pedra” (Pai de Pedro, curso de agronomia). Os estudos parecem representar para eles, não apenas uma alternativa possível para não continuar vivendo ali, mas a esperança de que os filhos não reproduzam seu destino. Nas entrevistas, de forma reiterada, todos os pais afirmaram não querer que os filhos voltem a viver no meio rural. Pelo convívio familiar, os pais manifestaram o desejo de que seus filhos construíssem uma casa no “sitio”, mas que tivessem um modo de vida diferente com o do camponês. *Morar e trabalhar* na zona rural não é o que os pais desejam para seus filhos.

A grande maioria dos estudantes da UAST é oriunda de Escola Pública, Municipal, Estadual ou Federal. Esse dado demonstra que essas políticas contribuíram com a democratização do acesso à Universidade para jovens que antes enfrentavam grande dificuldade de realizar o sonho de fazer um curso superior Universidade Pública, devido tanto ao modelo de acesso, quanto à própria distância física, econômica e social entre as cidades que sediavam as Universidades e as residências dessas famílias. Esse dado escapa à diferença entre o rural e o urbano, mas certamente é ainda mais forte entre os rurais.

No quadro abaixo vemos a origem escolar dos alunos da UAST. Em seu estudo sobre o acesso de jovens ao ensino superior na França, Bourdieu observa que o sistema escolar se apresenta para jovens rurais prenhe de manifestações de violência simbólica. Seus conteúdos, sua linguagem, seu tempo são escolhas arbitrárias dentro de um sistema de dominação, onde o conhecimento dos jovens das classes inferiores não é considerado, menos ainda, quando se trata de agricultores. Na obra “Os Herdeiros”, Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (2014), demonstram como a probabilidade de acesso é pequena quando se trata de filhos de assalariados rurais. Assim como, na situação francesa analisada, em nossa pesquisa observamos como as possibilidades de estudar são menores entre filhos de agricultores familiares, especialmente os

que possuem menor renda. Quando consideramos que no processo de urbanização e modernização do Brasil, o meio rural, especialmente no Nordeste, foi sendo estigmatizado como o lugar do não conhecimento, do não saber, da ignorância, do atraso econômico político e social, a instituição escolar passa a ser ainda mais excludente e tal exclusão aumenta, quanto mais eleva-se o nível de escolarização.

Decorrente desta representação do rural, outro aspecto das dificuldades vivenciadas pelos jovens no acesso à educação, que é comumente relatado pelos entrevistados é o *estigma* (GOFFMAN, 1988) que sofreram durante sua trajetória escolar na cidade. Na Universidade, tanto pela heterogeneidade dos estudantes, quanto pelo número, os estudantes afirmam sentirem menos o estigma por parte dos colegas, mas em alguns casos sentem que os professores menosprezam a sua linguagem, o modo como falam.

A interiorização demonstra uma maior democratização do ensino superior tanto no sentido econômico, na origem escolar, quanto no lugar de vida. Como demonstra o quadro abaixo, há prevalência dos estudantes oriundos da escola pública, rurais ou urbanos.

Quadro 2: Tipo de escola onde cursou o ensino médio

TIPO DA ESCOLA ONDE CURSOU O ENSINO MÉDIO	LOCALIDADE DE RESIDÊNCIA DA FAMÍLIA		TOTAL
	MEIO URBANO	MEIO RURAL	
ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL	74	26	100
ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL	629	164	793
ESCOLA PÚBLICA FEDERAL	55	19	74
ESCOLA PRIVADA	187	8	195
MAIS DE UM TIPO DE ESCOLA	14	3	17
TOTAL	959	220	1179

Fonte: Dados da pesquisa 2012

Com relação à localidade da escola onde cursou o ensino médio, entre os discentes do meio urbano 923 (96,6%) estudaram em escolas na zona urbana e 32 (3,4%) na zona rural (em geral em Institutos Federais fazendo cursos técnicos agrícolas). Entre os da zona rural, 194 (89,4%) estudaram na zona urbana e 23 (10,6%) em escolas na zona rural. No geral, 95,3% estudaram o ensino médio em escolas da zona urbana e 4,7% em escolas da zona rural. Essas escolas estão localizadas no mesmo município de origem de 939 (79,3%) dos alunos, sendo 773 (80,3%) do meio urbano e 166 (75,1%) do meio rural. Os que responderam que a escola onde cursou o ensino médio não está no seu município de origem foram 245 (20,7%), sendo 190 (19,7%) do meio urbano e 55 (24,9%) do meio rural.

Ao entrevistar os jovens rurais estudantes sobre sua trajetória escolar, as dificuldades de acesso à educação foi uma característica comum entre eles, sendo maior entre os filhos de agricultores familiares. É o caso do jovem que chamamos de Adriano, morador do município de Serra Talhada. Adriano considera-se um jovem do meio rural. Afirma ele: “ainda me identifico como um jovem do meio rural, porque morei muito tempo no meio rural, sempre fui de lá, meus pais moram ainda no meio rural”. Casado, tem um filho e atualmente trabalha em um órgão municipal. Morou na zona rural até os vinte anos, tendo saído para trabalhar na cidade e pela dificuldade de transporte que o levasse do meio rural ao meio urbano no horário em que necessitasse. De acordo com seu relato, não é fácil morar no Sítio⁵ e estudar na UAST indo e voltando todos os dias, pois seria muito cansativo e caso fosse fazer este percurso teria que ir

⁵ Sítio é uma categoria utilizada pelos próprios jovens e se refere à uma comunidade rural. Não é possível afirmar aqui que possuam as mesmas características definidas por Ellen Woortmann (1995), pois não realizamos pesquisa in loco, apenas com as famílias.

para uma vila, distante cerca de quatro quilômetros de sua residência, lá pegaria o transporte que leva os estudantes para a cidade de Serra Talhada e ainda precisaria pegar o ônibus dos estudantes do município. Só seria possível continuar morando lá se possuísse um transporte particular. O rapaz se queixa da distância que deve percorrer entre seu lugar de residência e o estabelecimento de ensino, assim como da falta de políticas públicas e de oportunidade para os jovens rurais estudarem. Apesar de morar no mesmo município onde está sediada a UAST, o jovem só consegue estudar se deslocando para a sede do município, condição que nem sempre é possível e, muitas vezes, exige escolhas entre permanecer em casa e participar da unidade familiar de produção, ou sair do meio rural para ter a oportunidade de estudar. Só é possível estudar se deixar de realizar as atividades produtivas no estabelecimento da família, condição que muitas vezes impede os jovens rurais do sexo masculino, principalmente, de dar continuidade aos seus estudos. Logo para cursar a segunda fase do ensino fundamental, esses jovens precisam se deslocar para as sedes dos seus municípios ou de outros. Em geral, enfrentam o trajeto em um transporte inadequado e inseguro, a exemplo do caminhão pau de arara. Para cursar a Universidade, não há alternativa a não ser morar na sede dos municípios que garantam o acesso ao transporte, ou na própria cidade onde está sediada a unidade acadêmica.

Percebemos significativa diferença no acesso quando consideramos o sexo dos jovens estudantes. Da população total entrevistada, como tendência atual, as mulheres jovens têm chegado a níveis mais elevados de educação que os homens. No meio rural, esta tendência é ainda maior. Entre a população de discentes do meio rural, o número de estudantes do sexo feminino é 20% maior que a de homens, representando 60% contra 40% do sexo masculino. A saída das moças para estudar é uma realidade percebida no sul do país, que está levando a um fenômeno denominado como masculinização do campo (WEISHEIMER, 2009 BRUMMER, 2008; ABRAMOVAY, 1994), Esta maior inserção das mulheres na educação superior pode estar relacionada com algumas características da agricultura familiar: primeiro, tradicionalmente, os papéis reduzidos a mãe e esposa, assumidos pelas mulheres, o fato de seu trabalho ser pouco valorizado na unidade familiar e a sucessão sendo quase sempre atribuída a um filho homem. A saída para os estudos uma compensação para as mesmas e uma diminuição das responsabilidades dos pais em relação a herança (CARNEIRO, 2005). Outro motivo diz respeito à necessidade dos jovens do sexo masculino de ajudarem os pais na agricultura, além da exigência social de que o jovem rapaz adquira cedo sua autonomia financeira. Isto leva a uma necessidade de busca de atividades remuneradas dentro ou fora da sua comunidade, o que explica também o alto grau de migração de jovens da região para o corte da cana no sul do país (SILVA e MENEZES, 2006).

Outra questão a ser considerada é a própria socialização para o casamento que acontece logo cedo entre as moças e rapazes do meio rural, o que os leva a formarem família e interromper os estudos. Em geral, as moças entrevistadas se destacam em suas comunidades rurais, sendo muitas vezes as únicas a conseguirem acessar o ensino superior.

Os alunos do meio rural são, em sua grande maioria, filhos de agricultores e quase sempre, os primeiros da família a ingressar em uma Universidade.

A renda das famílias dos jovens rurais que estão inseridos na Universidade é, em sua maioria, baixa. Das famílias dos universitários originários do meio rural, 28% percebem até um salário mínimo, 46%, até dois salários mínimos, 11% até três salários, 10% chega a quatro salários, 1% percebe até cinco salários e 4% recebem seis ou mais salários mínimos. Entre as famílias do meio urbano, 19,4% possuem algum benefício, e entre a famílias do meio rural, 47,1% são beneficiadas por programas sociais como o programa bolsa família. Todos os jovens entrevistados cujas famílias recebem benefícios de algum programa social afirmam que esses benefícios foram e são essenciais para a família, chegando muitas vezes a ser a única fonte de ren-

da segura. Este dado é importante, pois demonstra que essas famílias estão compreendendo a educação como um meio de crescimento individual e, ao mesmo tempo, de desenvolvimento coletivo, além disso, possibilita inferir que programas destinados a manter as crianças na escola, como é o caso do programa bolsa família, têm impactado positivamente essas famílias, contribuindo para ampliar o acesso à educação e para a mobilidade social dos indivíduos e grupos.

Sobre as profissões das mães, (61,8%) são agricultoras, (12%) dona de casa e (11,5%) professora. Já a profissão dos pais dos estudantes do meio rural, a mais frequente foi agricultor (85,7%) e motorista (3%). No geral, há uma predominância de mães e pais agricultores (as). Destes, 259 (63,3%) são proprietários de suas áreas e 150 (36,7%) não são proprietários. Este dado é importante, porque indica que a escolha dos filhos e filhas pelos estudos, pode ter relações com a possibilidade de dá continuidade ao patrimônio da família.

Nos cursos que formam para atuação no meio rural, como agronomia e zootecnia, a incidência de filhos de agricultores também é maior. No entanto, percebemos que não se pode fazer uma separação radical entre rural e urbano, já que dos jovens estudantes que se dizem urbanos, um número considerável é filho de agricultores e agricultoras. No entanto, há uma procura grande de jovens rurais por cursos de licenciatura, profissões que tem um mercado de trabalho possível na própria região. Este é um dado importante para compreender as relações entre a busca pela educação superior e o desejo de permanecer no campo ou na região.

Um dado importante a ser observado para pensar os projetos de vida desses jovens, bem como o desenvolvimento da região e as implicações para o modelo de família camponesa é a expectativa de continuidade dos mesmos no seu meio após o término do curso. O quadro a seguir retrata a auto-avaliação que os jovens estudantes fazem acerca das possibilidades de continuarem no meio de origem após o término do curso.

QUADRO 3: AS OPORTUNIDADES DOS JOVENS RURAIS

PERGUNTA	LOCALIDADE DE RESIDENCIA DA FAMÍLIA			
	MEIO URBANO		MEIO RURAL	
	NÃO (%)	SIM (%)	NÃO (%)	SIM (%)
Percebe oportunidade de trabalho na área do seu curso no seu lugar de origem?	418 (44,8%)	515 (55,2%)	93 (42,7%)	125 (57,3%)
Percebe que a Universidade lhe possibilita uma formação que permita que você continue no seu lugar de origem na área que está se formando?	342 (36,9%)	584 (63,1%)	71 (33,5%)	141 (66,5%)
Quando terminar o curso, pensa em viver no seu lugar de origem?	537 (57,4%)	399 (42,6%)	110 (51,4%)	104 (48,6%)

Fonte: Dados da pesquisa 2012

Evidentemente, a visão dos jovens rurais estudantes não corresponde, necessariamente, com a realidade objetiva, mas demonstra um olhar para o seu meio como espaço de oportunidades a serem construídas, diferente de grande parte dos jovens que não tiveram a oportunidade de conhecer suas potencialidades por meio do estudo e, que mantém uma visão do seu lugar de pertencimento como um espaço de dificuldade e sofrimento.

Dadas as condições de acesso ao ensino superior, tanto para a formação do jovem estudante como para a sua permanência no mesmo, os auxílios de bolsas são vistos por eles como

importantes senão essenciais para sua manutenção na Universidade. Das bolsas que a Universidade disponibiliza, 793 (68%) dos discentes não têm acesso a nenhuma e 373 (32%) possuem algum tipo de bolsa. Entre os que não possuem, 84,2% são do meio urbano e 15,8% do meio rural. Entre os que possuem, 74,5% são do meio urbano e 25,5% do meio rural. Dos estudantes do meio urbano, 70,6% não possuem bolsa e 29,4% possuem. Utilizando apenas os estudantes do meio rural, 56,8% não recebem bolsa e 43,2% recebem de algum tipo.

Entre os jovens rurais pesquisados, menos da metade, 40,5% trabalham na propriedade dos pais e os que o fazem, consideram que “ajudam” os pais no trabalho agrícola. Apesar de não considerar condição *sine qua non*, a permanência do jovem no meio rural é um importante indicador para pensar o seu desenvolvimento e sustentabilidade. Assim, um dado é importante a ser discutido quando levamos em conta os impactos da Universidade na região, é como ela pode contribuir para formar profissionais que possam colaborar com aquele meio. Boa parte dos jovens que estão se formando na UAST pensam em continuar no seu local de origem, embora não seja a maioria, está bem próximo desta, como vemos na tabela a seguir:

TABELA 4: QUANDO TERMINAR O CURSO, PENSA EM VIVER NO SEU LUGAR DE ORIGEM.

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	NÃO	649	54,6	56,3	56,3
	SIM	504	42,4	43,7	100,0
	Total	1153	97,0	100,0	
Ausente	Sistema	36	3,0		
Total		1189	100,0		

Fonte: Dados da pesquisa 2012.

No que se refere a visão dos jovens sobre as possibilidades de continuarem em seu lugar de origem, se mostraram otimistas, embora reconheçam as dificuldades. A visão otimista foi maior entre os jovens estudantes do sexo masculino, tanto do meio rural, quanto do meio urbano. Este dado deve ser relacionado com a avaliação que os jovens fazem dos conhecimentos produzidos na Universidade. Para 61,2% dos jovens entrevistados, a Universidade tem possibilitado uma formação que permite a sua continuidade no lugar de origem, trabalhando na área em que está se formando. Essa avaliação fica mais clara na fala dos jovens, como afirma um estudante do curso de agronomia:

A questão do conhecimento mesmo, de mostrar, por exemplo, na minha área, de mostrar que é possível produzir em locais pequenos ou com pouca água, existe várias técnicas. (Fábio, curso de agronomia)

(...) no meu curso seria mais a questão seria mais referente à área de engenharia em si, porque, por exemplo, quem é engenheiro agrônomo ele pode assinar a planta de um prédio, por exemplo, alguma coisa assim, de até três andares, mas não em área urbana. Não pode, por exemplo, na área de construção civil não pode. (Tales Ferreira - Agronomia)

Ao questionar se a formação no seu curso é voltada para trabalhar na sua região, o estudante respondeu:

Na verdade, a gente é mais preparado pra trabalhar na região, mas a gente tem que ter a consciência que não sabemos onde é que vamos atuar, em que local, então muitas coisas que a gente vê voltado pra região específica, mas também o curso não pode ser destinado único exclusivamente pra isso, a gente tem que ser preparado pra qualquer região, pra atuar. Tem o geral, porque, como eu disse, a gente não sabe onde vai parar, mas o fato da Universidade já tá aqui então a gente sabe que precisa melhorar muito o meio rural daqui, então tem a parte específica também daqui da região. (Rodolfo, agronomia)

Como ressaltam as falas dos estudantes, na visão deles, a Universidade tem contribuído para a construção de um conhecimento contextualizado, que visa preparar os jovens para trabalhar na sua região, enxergando as potencialidades da mesma.

Se o papel da Universidade é contribuir para o desenvolvimento da região, ela só pode cumprir esse papel de forma efetiva, se o Estado perceber a necessidade de uma integração de políticas públicas que proporcionem equidade de condições para o meio rural. A democratização da educação só se efetivará quando esses jovens tiverem condição de acessar o ensino superior e encontrar nele a produção de um conhecimento contextualizado, que proporcione um olhar para as potencialidades do seu meio, sem perder a qualidade do que é produzido universalmente. Os jovens rurais não possuem a obrigação de permanecer no meio rural, mas eles só têm de fato possibilidades de escolha, se aquele espaço social proporcionar as condições para viver nele, realizando seus sonhos e projetos de vida. As liberdades individuais, condição para o desenvolvimento social só serão possíveis quando os jovens puderem optar entre continuar ou sair do meio rural, quando essa escolha deixar de ser uma fatalidade, situação percebida em muitas pesquisas sobre sucessão geracional na agricultura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A problemática que envolve o acesso dos jovens rurais ao ensino superior é complexa e impossível de ser esgotada no espaço de um artigo. No entanto, algumas considerações podem ser feitas com base nos dados e reflexões apresentadas.

A juventude rural do semiárido brasileiro vive uma situação juvenil marcada por grandes dificuldade de permanência no seu meio, de acesso à educação e a outras políticas juvenis, visto que o meio rural onde vive é marcado pela precariedade de recursos como estradas e transportes. Assim, o acesso ao ensino superior, além de garantir uma formação, possibilitar a realização de sonhos profissionais, pode contribuir para mudar a visão do jovem sobre sua região e ampliar a valorização de suas potencialidades. Como vimos, grande parte dos jovens do meio rural e urbano da região que estão na Universidade, deseja continuar no seu lugar de pertencimento.

Mesmo levando em conta questões de ordem cultural e social, que prioriza, no meio rural, o trabalho como elemento moral (WOORTMAN, 1990) e como meio de sobrevivência da família camponesa, ante a realidade que acessamos e ao desejo dos jovens e das famílias, o acesso dos jovens rurais ao ensino superior ainda é muito reduzido na região, ao compararmos com os jovens que vivem nas denominadas zonas urbanas, mesmo dos pequenos municípios. Nesse sentido, a localização da residência da família em relação ao meio urbano, além das suas condições socioeconômicas, faz diferença nas possibilidades de escolha desses jovens.

As políticas de transferência de renda são vistas pelos jovens como muito importantes para o sustento das famílias e a considerar seu principal objetivo, o de manter as crianças na escola, tem sido importante também para o desenvolvimento pessoal dos jovens, possibilitando o acesso desses jovens ao ensino superior. Nesse sentido, a combinação de políticas sociais, pode

ser o principal meio de impulsionar o desenvolvimento territorial. Todavia, é preciso que o Estado amplie sua visão sobre o rural para além do agrícola, invista em políticas que potencializem a vontade e o conhecimento dos jovens para continuar no seu meio sem reproduzir as precárias condições de suas famílias. As questões problematizadas, envolvendo a juventude rural e o ensino superior, nos dão margem para pensar e discutir o acesso, o tipo de educação, o papel da Universidade e o desenvolvimento das regiões que estão sendo beneficiadas com os programas de interiorização e expansão das Universidades Federais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena Wendel. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, H. W. BRANCO, P. P. M. Retratos da Juventude Brasileira. Análises de uma pesquisa nacional. Editora Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2005.

ABRAMOVAY, Ricardo. et. All . Juventude e Agricultura Familiar: desafio dos novos padrões sucessórios. Brasília: edições Unesco, 1998, 2.ed, 1994.

BRASIL. Expansão das Universidades Federais: o sonho se torna realidade!. Brasília: Imprensa Nacional, 2007. 103 p.

_____. SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE. Políticas Públicas de Universidade. Brasília: Imprensa Nacional, 2013. 35 p.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. Os Herdeiros: os estudantes e a cultura. Trad. Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, M. J.; BRUMER, A. ; SPANEVELLO, R. . Jovens agricultores familiares da Região Sul do Brasil(Relatório de Pesquisa) - janeiro 2008. Porto Alegre 2008 (Relatório de pesquisa)

CASTRO, E. G. de. (Orgs.). Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 35-54. CARNEIRO, M. J. Juventude rural: projetos e valores. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Orgs.). Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 243-261.

CASTRO, E. G. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, Colômbia, v. 07, n. 01, 179-208, enero-junio, 2009.

CHAUÍ, Marilena. Universidade Pública sob Nova perspectiva. Revista Brasileira de Educação, Nº 24, 2003.

DURSTON, John. Juventud rural em Brasil Y México; reduciendo la invisibilidad. Santiago do Chile, CEPAL, 1998a.(políticas sociales, 28) Acesso Internet WWwcinterfor. Org.uy em 18.08.2002.

IBGE. Cidades. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 14 mar. de 2013.

GIDDENS, Anthony. A Constituição da Sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GOFFMAN, Erving. Estigma nota sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4^a ed. Rio de Janeiro: LCT, 1988.

MENDRAS, H. Sociedades Camponesas. Ed. Zahar, Rio de Janeiro: 1978.

OLIVEIRA, I. J. C. A jovem rural e o mundo do trabalho na atualidade: desafio para a extensão rural. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 3, 2008, Campina Grande. Anais... Campina Grande: UFCG, 2008. p. 01-15.

PAIS, José Machado. A Construção Sociológica da Juventude: alguns contributos. Revista Análise Social V. XXV (101-106), 1990. p. 139 -165.

- PRADO, D. E. 2003. As caatingas da América do Sul. In: Leal, I. R.; Tabarelli, M. & Silva, J. M. C. (eds.). Ecologia e conservação da caatinga. Ed. Universitária da UFPE, Recife. Pp. 3-73.
- PAULO, M. de A. L. de. Juventude Rural: construções identitárias. Recife: UFPE, 2011. 322 p.
- _____. Os impactos da criação da Unidade Acadêmica de Serra Talhada para a Juventude Rural do Sertão do Pajeú. Projeto de pesquisa. Serra Talhada, 2011.
- PEREIRA, Thiago Ingrassia. Classes populares no ensino superior brasileiro: desafios políticos e pedagógicos. In: BENINCÁ, Dirceu(org). Universidade e suas Fronteiras. São Paulo: Outras expressões, 2011
- SILVA, M. S.; COVER, M. A migração dos jovens rurais no Alto Sertão da Paraíba: tramas de dominação, resistência e reconfiguração das relações no meio rural. In: IV Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2010, Curitiba. IV Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2010.
- SOUZA, Felipe de Paula; SILVA, Tarcísio Augusto Alves da. Da proposição à vivência: a experiência da nova modelagem curricular da Universidade Federal de Alagoas no alto Sertão Alagoano. In: quarto colóquio Internacional Educação e contemporaneidade: Aracaju, 2010.
- SPOSITO, M. P.; CARRANO, P. C. R. Juventude e políticas públicas no Brasil. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 24, p. 26-39, 2003.
- WANDERLEY, M. de N. B. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. de. (Orgs.). Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 21-33.
- _____. Urbanização e Ruralidade: Relações entre a Pequena Cidade e o Mundo Rural: Estudo Preliminar Sobre os Pequenos Municípios em Pernambuco. In: LOPES, E. S.; MOTA, D. M.; SILVA, T. E.M. Ensaio de Desenvolvimento rural e transformações na agricultura. Embrapa Tabuleiros Costeiros/ UFS: Sergipe, 2002.p.21-40.
- _____. Olhares sobre o “Rural” Brasileiro. Revista Raízes. Vol.23, nºs 1,2- 2004.
- _____. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. Revista sociedade e Agricultura, 15: outubro de 2000b. 87-145.
- WEISHEIMER, N. A situação juvenil na agricultura familiar. 2009. 330 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul. 2009.
- WOORTMANN, E. F. Herdeiros, parentes e compadres. São Paulo-Brasília: Hucitec/Ednub, 1995. 336p.